

OS ESTUDOS AGRÁRIOS NO ÂMBITO DA GEOGRAFIA OFICIAL BRASILEIRA: O IBGE E O PERIÓDICO REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA (RBG) – 1940-2005

Glaucio José Marafon

Professor Associado do Departamento de Geografia Humana – IGEOG

glauciomarafon@hotmail.com

Miguel Angelo Ribeiro

Professor Associado do Departamento de Geografia Humana – IGEOG

mamikisi@gmail.com

Resumo

A pesquisa em tela trata de analisar a contribuição do periódico Revista Brasileira de Geografia no âmbito dos estudos agrários no Brasil, e suas articulações com as escolas de pensamento tradicional, neopositivista (quantitativa) e crítica; escolas estas que marcaram a geografia em nosso país e vieram contribuir com o embasamento teórico-conceitual e sua aplicabilidade aos estudos empíricos. Posto isto, a presente pesquisa procura desvendar essa contribuição no período que se estende de 1940, quando da primeira publicação do referido periódico, até o ano de 2005, concretizando 65 anos de publicações. As questões que norteiam esta pesquisa são: qual a contribuição do IBGE, através do periódico RBG, aos estudos agrários brasileiros? E qual a relação dos artigos publicados com as correntes do pensamento geográfico nos estudos agrários?

Considerações Iniciais

A pesquisa em tela trata de analisar a contribuição do periódico Revista Brasileira de Geografia no âmbito dos estudos agrários no Brasil, e suas articulações com as escolas de pensamento tradicional, neopositivista (quantitativa) e crítica; escolas estas que marcaram a geografia em nosso país e vieram contribuir com o embasamento teórico-conceitual e sua aplicabilidade aos estudos empíricos. Na perspectiva da Geografia Tradicional, até os anos 60 do século XX, período em que se enfatizavam os estudos sobre a diferenciação de áreas e intensificava-se, no Brasil, o processo de industrialização e urbanização, as pesquisas no âmbito dos estudos agrários centravam-se no reconhecimento sobre as diferentes áreas do território

brasileiro. Em suas análises, foram privilegiadas a observação (trabalhos de campo), a descrição (relatos das áreas observadas), e a representação cartográfica dos fenômenos observados. Esse encaminhamento metodológico nos estudos agrários resultou em inúmeras pesquisas sobre as regiões agrárias brasileiras, em um período que se inicia no final do século XX e se estende até os anos 1960.

A Geografia Tradicional pautou-se pela descrição fundamentada em análise da observação empírica a partir dos sentidos, dentre eles o da visão, conduzindo a uma interpretação a partir do método indutivo, enfatizando os fenômenos naturais, estabelecendo que eram determinantes na configuração do espaço, em relação direta com os fenômenos humanos e econômicos.

O trabalho de campo constituía-se em peça chave para essa corrente do pensamento geográfico e, no Brasil, em se tratando do IBGE, verdadeiras expedições foram organizadas, com a intenção de se reconhecer o território nacional. A investigação realizada no bojo da Geografia Clássica fundamentou-se na observação e na descrição dos fatos geográficos que ocorriam na superfície da terra, na paisagem. Outro ponto a ser abordado é que a Geografia Tradicional enfatizava os aspectos naturais, como o relevo e a hidrografia; em seguida, tratava do povoamento e da evolução da paisagem, enfatizando a cobertura vegetal e o plantio, como apontou Pasquale Petrone (1959).

No contexto da Geografia Quantitativa, até o final dos anos 70 do século XX, os estudos buscavam a classificação e hierarquização, a partir de uma base estatística e matemática fundamentada no positivismo lógico, no qual a distância e os custos mínimos eram variáveis importantes. No Brasil, intensificava-se o processo de urbanização e modernização na agricultura, e os estudos agrários resultantes enfatizavam a classificação de produção por produtos agrícolas e a delimitação de regiões rurais, tendo por base dados secundários coletados pelos Censos Agrícolas e Agropecuários. Nesse novo contexto, a região, segundo Corrêa (1986, p.32), é definida “como um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores que a existente entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares”; e nesse

sentido, eram definidas as regiões agrárias, a partir de variáveis vinculadas à produção, à receita, aos produtos e aos elementos técnicos, entre outros fatores.

Na perspectiva da Geografia Crítica, que busca estabelecer uma relação dialética entre Sociedade & Natureza, foram enfatizados, entre outros aspectos, as relações de produção e de trabalho capitalista no campo, a divisão territorial do trabalho e a produção do espaço a partir dos conflitos resultantes da lógica capitalista, bem como a ação do Estado e da Ideologia que se espacializa desigualmente (CORRÊA, 1986), a partir do materialismo histórico e da dialética marxista.

A presente pesquisa procura desvendar a contribuição da Revista Brasileira de Geografia no período que se estende de 1940, quando de sua primeira publicação, até o ano de 2005, concretizando 65 anos de publicações. O primeiro artigo publicado referente aos estudos agrários, de autoria do engenheiro Gileno de Carli, intitulado “Civilização do açúcar no Brasil”, tratava de descrever, como o próprio autor menciona, a “influência da cana-de-açúcar nos destinos econômicos e sociais da região, o regime das terras, a maneira porque se processou a formação do latifúndio e, principalmente, os latifúndios açucareiros”. A luta do Engenho contra o Engenho, e depois a luta tremenda entre a fábrica de açúcar e os engenhos “banguês” e, mais recentemente, das grandes fábricas contra as pequenas (1940), eram o foco de análise desse autor; enquanto o último artigo analisado, intitulado “Agricultura familiar, pluriatividade e turismo rural: reflexões a partir do território fluminense”, de Marafon e Ribeiro (2005), aborda a temática da agricultura familiar e das estratégias de sobrevivência das famílias pluriativas associadas às urbanidades e ruralidades no recorte espacial selecionado.

Cumprir mencionar que o periódico analisado esteve interrompido, do ano de 1996 a 2005, provocando um hiato na série histórica desse importante veículo de divulgação da Geografia Brasileira.

Posto isto, a partir do levantamento dos artigos publicados no referido periódico, perfazendo um total de 65, foram contemplados tanto os estudos sobre interpretação e distribuição da produção e propriedades rurais, como

aqueles voltados para sistemas agrícolas, população rural, desenvolvimento agrícola, latifúndio e reforma agrária, modernização da agricultura, transformações técnicas e relações de trabalho, pequena produção agrícola, meio ambiente e modernização. Estes temas permearam os volumes da Revista Brasileira de Geografia, refletindo, em parte, as pesquisas dominantes referentes aos estudos agrários no Brasil, sendo que mais de 90,0% dos referidos trabalhos foram realizados por pesquisadores do próprio IBGE.

Tais artigos, além de retratarem o período em que foram escritos, fundamentados nas concepções teórico-conceituais vigentes, também apresentam escalas de análise que perpassam desde o âmbito nacional até o local.

Destarte, esta pesquisa tem como questão central desvendar: qual a contribuição do IBGE, através do periódico RBG, aos estudos agrários brasileiros? E, quanto à sub-questão: qual a relação dos artigos publicados com as correntes do pensamento geográfico nos estudos agrários?

Para dar conta do objetivo proposto e do caminho de investigação, a operacionalização da pesquisa pautou-se no levantamento dos artigos no referido periódico, considerando: o autor, o título da obra, o ano de publicação e o conteúdo. Foram considerados, para análise, artigos resultantes de investigação dos pesquisadores, conferências e seção de comentários. Quadros ilustrativos foram organizados a partir da seleção dos referidos estudos, segundo os períodos identificados, a saber: 1º período, de 1940 a 1959; 2º período, de 1961 a 1969; 3º período, de 1971 a 1988; e 4º período, de 1991 a 2005.

A periodização elaborada tem por finalidade caracterizar, no contexto do desenvolvimento da geografia brasileira, e no âmbito do IBGE, a produção dos estudos agrários no Brasil, em um periódico oficial, tentando associar as diferentes escolas do pensamento geográfico aos conteúdos abordados nos mesmos.

Feitas estas considerações, passemos à análise da produção dos estudos agrários no referido periódico. Cumpre mencionar que foram

considerados, para análise dos artigos, os seguintes pontos: a) a escala de análise geográfica e a base conceitual; b) características gerais; c) autores que se destacam nas referências; d) operacionalização, correspondendo às fontes e procedimentos. Por fim, relativamente a cada período, foram selecionados artigos que se destacaram quanto ao embasamento teórico, à estrutura analítica e às ideias desenvolvidas, e inseridos comentários pertinentes aos mesmos.

A Produção dos Estudos Agrários na Revista Brasileira de Geografia: 1940-2005

No 1º período, correspondendo aos artigos publicados entre 1940 e 1959, foram encontradas 22 obras. Predomina a escala local de análise, com um total de dez artigos, abrangendo estudos municipais e estaduais; seguindo-se a regional/local, com seis artigos, a nacional com quatro e, por fim, dois estudos em âmbito regional. Nessas publicações, há uma preocupação maior em analisar a distribuição espacial, de culturas, de propriedades rurais, da população rural, sistema agrícola, padrão de vida; fundamentos da lei agrária, questão da terra, reforma agrária, uso da terra, planejamento rural, desenvolvimento agrícola e ocupação humana.

São artigos descritivos, muitas vezes sem fundamentação teórica, verdadeiras análises empíricas, muitos dos quais sem referências bibliográficas, contemplando a análise de observação; outros são descritivos, mas com fundamentação teórica; além daqueles também descritivos, mas com interpretação da realidade, e calcados em referências. Muitas dessas pesquisas pautaram-se pelo trabalho de campo, além de análises de mapas. Nesse período, não podemos deixar de comentar que a técnica de trabalho de campo é importante para dar conta da análise e elaboração do texto, apesar de alguns associarem informações estatísticas, fundamentados em trabalho de gabinete. Na verdade, são verdadeiras expedições de reconhecimento do território, para contemplar parte da realidade brasileira.

Nota-se, nesse período, que a geografia foi influenciada, sobretudo, pelos geógrafos franceses e alemães. Pode-se admitir que o pensamento da Escola Clássica Francesa dominou a geografia brasileira desde a implantação de instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE – 1937), Associação dos geógrafos Brasileiros (AGB – 1934), organizados por Pierre Deffontaines, que prestou notáveis serviços ao desenvolvimento da Geografia no Brasil; e fundando os cursos superiores de Geografia na Universidade de São Paulo (USP) e na Universidade do Brasil, atualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Cumprir destacar, quanto à operacionalização dos referidos artigos, no tocante às fontes e procedimentos, a utilização de mapas, trabalhos de campo, informações estatísticas de diferentes naturezas, tais como o Anuário Estatístico do Brasil – IBGE - CNE, Serviço de estatística da produção – Ministério da Agricultura; notas de campo, além de referencial bibliográfico, resultando em figuras, fotos, mapas, tabelas, quadros, gráficos estatísticos e esquemas.

Por fim, seria oportuno destacar quatro artigos, pelas valiosas contribuições aos estudos agrários. O primeiro, de Orlando Valverde, publicado em 1955, que tratou do uso da terra no leste da Paraíba, no qual o autor fundamenta sua pesquisa em três elementos: os trabalhos geográficos de equipe executados sob os auspícios da AGB; os trabalhos de campo, com caráter de reconhecimento geográfico; além da interpretação de fotografias aéreas, de 1942. Valverde procurou caracterizar e representar cartograficamente os sistemas de utilização da terra e os regimes de propriedade em vigor no recorte espacial selecionado; além de dar sugestões para um planejamento rural, como também realizar uma metodologia pautada na interpretação de fotografias aéreas para cartografar a utilização da terra.

O segundo artigo, de Speridião Faissol, foi publicado em 1957. Trata-se de uma tese aprovada para o grau de doutor em Geografia na Universidade de Syracuse (EUA), na qual o recorte espacial é o Planalto Central do Brasil, localizado no Centro-Oeste brasileiro, no período de 1946 a 1952. A tese tem como contribuição científica as pesquisas de Leo Waibel e Preston James, e

seu objetivo foi analisar o desenvolvimento agrícola, através do uso de métodos de investigação geográfica, envolvendo o estudo de relações espaciais e associações características de uso da terra e suas qualidades físicas.

O terceiro artigo, publicado em 1959 por Pasquale Petrone, tem como recorte espacial a região de São Luiz do Paraitinga, pertencente à porção do território paulista comumente denominada de “Zona do Alto Paraíba”, e elabora verdadeira análise de Geografia Humana, associando aspectos naturais e humanos, tratando do povoamento e da evolução da paisagem, enfatizando a cobertura vegetal e o plantio do café.

Por fim, o quarto artigo, de Nilo Bernardes, de 1959, procura descrever e analisar, a partir de palestra realizada no curso de Geografia Carioca, a ocupação humana da montanha no distrito federal, atual município do Rio de Janeiro. Trata-se de uma análise de Geografia Humana, procurando articular os aspectos físicos com os humanos, que conclui afirmando: “não é exagero, então, dizer que a serra se torna agora o refúgio do pequeno agricultor do Distrito Federal”.

No 2º período, correspondendo aos artigos publicados entre 1961 e 1969, foram encontradas nove obras. Predomina a escala regional de análise, com um total de cinco artigos, seguindo-se a nacional, com dois artigos e, finalmente, as escalas local e regional/local, com um artigo cada. Nesses trabalhos, há uma preocupação maior em analisar a espacialização e distribuição das atividades agropecuárias; geografia aplicada; hábitos alimentares; análise regional, associando o quadro natural ao humano; estrutura agrária: regime fundiário, exploração e tipo de cultivo; planejamento; questão alimentar x crescimento populacional; ocupação/atividades agrícolas, bem como estudos de lavoura e planejamento.

São artigos baseados em análises interpretativas, correlações entre fatores, estabelecendo comparações entre áreas, utilizando-se de dados estatísticos, referencial bibliográfico, e com predomínio do trabalho de campo como técnica investigativa. Procuram associar entrevistas (questionários) com informações estatísticas. A operacionalização tem como fontes principais os

censos e anuários estatísticos do IBGE, pesquisas de campo, a utilização de plantas cartográficas e questionários, resultando em mapas de distribuição, tabelas, fotos, quadros, gráficos, esquemas tipológicos, esboços, perfis, diagramas e pirâmides.

Quanto aos autores que se destacam nas referências bibliográficas, podem ser mencionados: Orlando Valverde (três vezes), Nilo Bernardes (três vezes), Alfredo José Porto Domingues (três vezes), Mario Lacerda de Mello (três vezes), Caio Prado Junior (três vezes), Elza de Souza Keller (duas vezes); Pedro Geiger (duas vezes), Pierre Denis (duas vezes), Pierre George (duas vezes), além de J. Gallais, Preston James, Leo Waibel, Pierre Monbeig, Pierre Deffonteines, Pierre Gourou, Pasquale Petrone, Auguste Saint-Hilaire, Max Sorre, Max Derruau, Ab'Saber, Oliveira Viana, Manuel Correia de Andrade, Manuel Diegues, Dora Romariz, Nei Strauch e Milton Santos, entre outros.

Dois artigos merecem destaque no conjunto das obras. O primeiro, de Orlando Valverde e Myriam G. C. Mesquita, intitulado “Geografia Agrária do Baixo Açu”, que procurou trabalhar a geografia aplicada. Resultou de observações e inquéritos na região, em 1960, servindo de fundamento às pesquisas sobre hábitos alimentares, pela técnica de pesadas. A pesquisa emprega, eminentemente, a técnica de trabalho de campo e sem referencial bibliográfico. O segundo artigo, de Bertha K. Becker, de 1966, intitulado “Expansão do mercado urbano e transformação da economia pastoril”, trata de “verificar em que medida a nova sociedade industrial e urbana vem atingindo a velha organização rural brasileira, justamente num dos setores mais tradicionais da economia agrária – a pecuária; e aquilatar o grau e as formas da transformação do campo por irradiação urbana”.

Consideramos este período como uma transição entre o primeiro, de caráter eminentemente descritivo e muitas vezes sem fundamentação teórica, constituído de análises empíricas, para o 3º período, no qual a Nova Geografia imprime o caráter teórico-metodológico às análises do espaço agrário.

No 3º período, correspondendo aos artigos publicados entre 1971 e 1988, foram encontradas 28 obras. Predominam as escalas local, regional e nacional de análise, com um total de oito artigos cada, seguida da

nacional/local, com um artigo; além de três artigos de cunho teórico. Nesses textos, enfatizam-se as transformações espaciais, a estrutura agrária e organização espacial; concentração fundiária; exploração agrícola, tipos de agricultura e regiões agrícolas; sistemas agrícolas; combinação de cultura; utilização da terra; planejamento do desenvolvimento agrícola; organização espacial da agricultura; regionalização agrícola; política de planejamento; modelos; desenvolvimento rural; desenvolvimento agrário; modernização agrária; teoria da difusão de inovações tecnológicas; definição de áreas e variação espacial de atividade agrária, modernização agrícola; produção agropecuária x utilização do solo x meio ambiente; melhoria das condições de bem estar das populações rurais; desenvolvimento rural; crescimento e expansão da agropecuária; estrutura fundiária; relações de produção; dimensão espacial; modernização; relações da agricultura com o setor urbano e industrial; transformação da mão de obra; relações de trabalho no campo; modernização e incorporação de áreas ao processo produtivo; transformações na base técnica de produção; políticas de crédito rural; transformações da agropecuária x políticas governamentais, e expansão da agropecuária x expansão da fronteira.

Muitos dos artigos desse período partem da escala nacional para, em seguida, elaborar estudos regionais, trabalhando diferentes escalas geográficas. As análises das transformações do espaço agrário são descritivas e interpretativas, utilizando-se de métodos estatísticos e matemáticos, além de modelos. As análises partem dos resultados do método empregado, característico do momento da quantificação na Geografia brasileira. Procuram “explicar estruturas e processos espaciais alicerçados no desenvolvimento das técnicas matemático-estatísticas que possibilitam estruturar a ciência geográfica em termos de teorias e leis”, como apontou Keller em seu artigo de 1973. Ainda nesse período, foram realizadas tipologias e regionalizações agrícolas; uso de modelos para políticas de planejamento; além da análise fatorial e de agrupamento. São verdadeiras pesquisas de cunho quantitativo.

O 3º período é marcado pela corrente teórico-quantitativa, a “New Geography”, na qual foram priorizados estudos de caráter classificatório, análise de quadros de referência, preocupação com a dimensão espacial. A

Nova Geografia trouxe a necessidade do emprego de técnicas quantitativas nos estudos geográficos, enfatizando, deste modo, a necessidade de reforçar, quanto a essa ciência, um caráter de linguagem científica, interdisciplinar e universal.

As técnicas quantitativas são fundamentais para a coleta e a análise dos dados, orientando a mensuração, a amostragem, a descrição e a apresentação, a testagem das hipóteses e das inferências, a classificação e a análise multivariada das relações e das tendências das distribuições espaciais. Em suma, são requisitos básicos para a formação técnica do geógrafo, calcada em métodos estatísticos e matemáticos. As técnicas são meios que devem ser englobados e orientados “por uma visão filosófica da Nova Geografia”, que se baseia na teoria dos sistemas e nos princípios gerais e quase universais da análise estrutural, funcionando como um fim, e não como um meio, como um suporte para respaldar as articulações entre a base teórico-conceitual e o empírico.

Entre as técnicas mais utilizadas para a análise geográfica, destacam-se: medidas de tendência central (média, mediana e moda); medidas de variabilidade ou dispersão (amplitude total de variação, desvio padrão e variância); técnicas de regressão e correlação; índice de Gini; curva de Lorenz, análise fatorial etc. Além das técnicas, devem-se acrescentar as preocupações ligadas com o Sistema de Informações Geográficas (SIG), a cartografia digital, como também o uso de modelos para o Planejamento Urbano, Regional, Ambiental e Rural.

Os estudos no âmbito da geografia agrária centravam-se no estabelecimento de tipologias agrícolas, no uso da terra e organização agrária. Este período vai marcar a Geografia Oficial realizada no Departamento de Geografia do IBGE, tendo por seu expoente o geógrafo Speridião Faissol, enfatizando os estudos de análise fatorial para o conjunto de cidades brasileiras, como também aqueles voltados para os estudos agrários.

Quanto aos autores que se destacam nas referências bibliográficas desse período, cumpre destacar os estrangeiros (ingleses, americanos e

franceses), além dos autores nacionais. Podem ser mencionados: J. Kostrowicki (três vezes), Brian Berry (duas vezes), Jean Bernanrd Racine (duas vezes), Kautsky (três vezes), P. J. Cole (uma vez), Edward Ullman (uma vez), R. J. Johnston (uma vez), C. Hagett (uma vez), J. T. Coppock (duas vezes), Pasquale Petrone (uma vez), José Graziano da Silva (cinco vezes), Olindina Vianna Mesquita (cinco vezes), Bertha Becker (quatro vezes), Alberto Passos Guimarães (três vezes), José de Souza Martins (quatro vezes), Francisco Oliveira (três vezes), Nilo Bernardes (três vezes), José A. F. Diniz (três vezes), Elza Keller (duas vezes), Solange T da Silva (duas vezes), Francisco Graziano Neto (duas vezes), Caio Prado Junior (duas vezes), Bernard Sorj (duas vezes), José Francisco Graziano da Silva (duas vezes), Antonio Barros de Castro (duas vezes), Manoel Correa de Andrade (duas vezes), Otávio Ianni (duas vezes), além de Peter Scott, H. Gregor, Juan Papadekis, Erick Hobsbaum, Fernando Henrique Cardoso, Geraldo Muller, P. Gold, Manuel Seabra.

Nota-se, nas referências apontadas, uma diversidade de autores com posturas ideológicas e teóricas divergentes na abordagem sobre o espaço rural, retratando um período extremamente rico em investigações teóricas sobre o espaço agrário, em que o trabalho de gabinete se configura como preponderante, reafirmando o papel da geografia como ciência.

Quanto à operacionalização, tem como fontes principais os inquéritos rurais, censos agrícolas e agropecuários do IBGE, dados estatísticos da Secretaria da Agricultura, vários tipos de informações estatísticas da Fundação Getúlio Vargas e da CACEX. Donde resultam quadros estatísticos, croquis, gráficos de diferentes naturezas, mapas de localização de área, de fatores, tabelas de variáveis e fatores, matriz fatorial, matriz de correlação, apêndices estatísticos, percentagens. Muitos artigos vinham acompanhados de notas metodológicas para explicar os métodos quantitativos.

Podemos constatar que as informações estatísticas são a base para as análises e interpretações, juntamente com o referencial bibliográfico, notando-se a ausência da pesquisa de campo e a priorização do trabalho de gabinete. Portanto, os artigos fundamentam-se em dados estatísticos com tratamento matemático.

Grande parte dos artigos publicados são de pesquisadores do IBGE, lotados na Divisão de Estudos Rurais do Departamento de Geografia. Nove trabalhos merecem destaque. O de José A. F. Diniz e Lucia Helena Baptista de Oliveira, de 1971, que marca, no referido periódico, os estudos quantitativos, tratando do emprego de modelos na análise da distribuição da terra e das categorias dimensionais de estabelecimentos agrícolas no leste do estado de São Paulo. Como fonte de dados, utiliza-se o Censo Agrícola de 1960, para analisar a distribuição da terra, e as categorias dimensionais das propriedades ou estabelecimentos agrícolas. Métodos quantitativos e de modelos são empregados para a referida análise.

O segundo artigo a destacar é o de autoria de Elza Keller, de 1973, que tem sua importância por ser um artigo eminentemente teórico, fundamentado em diretrizes e prioridades das pesquisas agrárias, e procurando priorizar a classificação dos tipos de agricultura no Brasil, bem como a definição das regiões agrícolas no espaço nacional. Para a autora, a geografia, atualmente, “por sua renovação filosófico-metodológica não tem mais seu interesse centrado sobre a simples localização e descrição dos fatos geográficos, porém tem a preocupação básica de identificar e explicar estruturas e processos espaciais alicerçados no desenvolvimento das técnicas matemático-estatísticas que possibilitam estruturar a ciência geográfica em termos de teoria e leis” (p. 135). O terceiro artigo é de 1977, de autoria de Olindina Vianna Mesquita, Rivaldo Pinto de Gusmão e Solange T. Silva, tratando da modernização da agricultura brasileira, fundamentado na geografia quantitativa, e que serviu de referência para outras pesquisas desenvolvidas no IBGE. O trabalho procura analisar a aplicabilidade dos conceitos de desenvolvimento rural, desenvolvimento e modernização agrária, fundamentando o estudo na modernização agrária, utilizando-se de indicadores extraídos do Censo Agropecuário de 1970. Aplica-se a técnica de análise fatorial aos 28 indicadores selecionados e às 359 unidades de observação – microrregiões, em nível nacional.

O quarto artigo, publicado em 1978, de autoria de Rivaldo Pinto de Gusmão e Olindina Vianna Mesquita, trata da difusão da infraestrutura de armazenagem e suas vinculações com a atividade agrária no noroeste do Rio

Grande do Sul. Tem como base teórica contribuir com a teoria da difusão de inovações, entendida em um sentido muito amplo, empregando-se os dados dos Censos Agropecuários do IBGE, de 1960 e 1970, tendo-se por base a análise fatorial. O quinto artigo, de cunho teórico, é de Solange T. Silva, de 1980. Trata dos estudos de classificação na agricultura, procura enfatizar os estudos de identificação de áreas, assume caráter classificatório, no intuito de elaborar tipologias agrícolas, tentando solucionar o complexo problema da classificação em agricultura. A autora se utiliza de 91 referências, com predomínio de autores de língua inglesa.

O sexto artigo é um trabalho pioneiro, sobre o ambiente, publicado em 1981, por Adhemar Ribeiro Romeiro e Fernando José Abrantes. São associados meio ambiente e modernização agrícola, investigando-se o impacto da prática agrícola no ambiente, procurando a compreensão da adoção e reprodução de determinado padrão de utilização do solo rural e, por decorrência, dos efeitos deste sobre o meio ambiente. O sétimo artigo, de Maristella de Azevedo Brito e Olindina Vianna Mesquita, publicado em 1982, tem por objetivo identificar os espaços caracterizados por diferentes formas de crescimento da agropecuária, servindo-se de quadro de referência para a seleção de áreas-tipo a serem investigadas por meio de pesquisa direta pautada nas grandes transformações ocorridas no espaço agrário da década de 1970. Dados estatísticos dos Censos Agropecuários de 1970 e 1975 servem para respaldar a base teórica selecionada.

O oitavo artigo, publicado em 1984, de Adma Hamman de Figueiredo, Olindina Vianna Mesquita e Solange T Silva, pauta-se em um contexto de compreensão da organização atual do espaço agrário nacional, em que, como indicam as autoras, “áreas emergiram como centro de uma problemática mais ampla, qual seja do processo de modernização acelerado que marcou a década de 70”. O recorte espacial selecionado, o Oeste Paranaense, constituía-se em um dos espaços do país mais intensamente submetido a transformações na base técnica da produção. O nono artigo, de Maristella de Azevedo Brito, de 1987, como apontou a autora, pauta-se na modernização acentuada do processo produtivo, adotada em algumas lavouras, e a ampliação e diversificação da produção agrícola do país; associadas à

evolução recente da agricultura brasileira. Os demais artigos desse período encontram-se listados, com autor, título, objetivo e ano de publicação, no quadro 3.

À guisa de explicação, cumpre mencionar que este período apresenta duas características distintas. Uma, na qual treze trabalhos, publicados entre 1971 e 1981, estavam pautados metodologicamente na Geografia Teorético-Quantitativa, conforme já mencionado no decorrer do texto, mas que podemos enfatizar, afirmando que a Nova Geografia passa a considerar a metodologia científica como paradigma para os estudos geográficos. Deste modo, traz um maior rigor no enunciado e verificação de hipóteses e nas explicações dos fenômenos geográficos. Em tais trabalhos, as análises se baseiam em teorias e leis, admitindo a existência de métodos científicos para os estudos geográficos.

As técnicas quantitativas são fundamentais para a coleta e a análise dos dados, orientando a mensuração, a amostragem, a descrição e a apresentação, a testagem das hipóteses e das inferências, a classificação e a análise multivariada das relações e das tendências das distribuições espaciais. Em suma, são requisitos básicos para a formação técnica do geógrafo, calcada em métodos estatísticos e matemáticos.

As técnicas devem ser orientadas e englobadas “por uma visão filosófica da Nova Geografia”, que se baseia na teoria dos sistemas e nos princípios gerais e quase universais da análise estrutural, funcionando como um fim, e não como um meio, como um suporte para respaldar as articulações entre a base teórico-conceitual e o empírico.

A Nova Geografia, tendo como objeto de estudo as organizações espaciais, passou a utilizar a abordagem sistêmica, na qual os fenômenos de análise são considerados como resultado de uma relação entre os diversos elementos e atributos que compõem a organização espacial. O fenômeno geográfico não é mais estudado como único, mas sim, como um processo (sistema), no qual as variáveis se articulam, resultando em apreensão de organizações espaciais distintas (CHRISTOFOLLETTI, 1982, 1983).

Podemos afirmar que o domínio do neopositivismo, que trouxera um forte engajamento da geografia à matemática e à estatística, e que comprometera a mesma com o modelo econômico brasileiro, teve seu período de maior esplendor na fase da euforia do crescimento capitalista. Nessa época, o país se beneficiou dos elevados preços alcançados por seus produtos no mercado internacional, sobretudo o café, a soja, o cacau e o açúcar, e realizou grandes obras de infra-estrutura, sobretudo nos setores rodoviários e de construção de represas para a produção de energia elétrica.

A outra característica do período analisado surge a partir de 1972. Verifica-se que as publicações tomam um novo rumo, com trabalhos mais críticos, evidenciando-se uma transição em direção a uma abordagem mais crítica nos estudos agrários produzidos pelos pesquisadores do IBGE. São evidenciadas as temáticas da capitalização da agricultura brasileira e seu rebatimento direto nas relações de trabalho no campo, transformações técnicas e modernização. Em tais artigos, já não se priorizavam as técnicas matemáticas do primeiro momento, estabelecendo-se assim uma diferença metodológica no tratamento dos assuntos relativos ao agrário. São pesquisas desenvolvidas na Divisão de Estudos Rurais do Departamento de Geografia do IBGE, trazendo uma grande contribuição para os estudos de macroquadros do agrário brasileiro, destacando-se as participações de Geógrafos, dentre eles Olindina Vianna Mesquita, Solange Tietzmann Silva, Maristella de Azevedo Brito, Dora Rodrigues Hees. Tais estudos serviram de base para outros, nos quais a expansão espacial e a modernização da agricultura em moldes capitalistas provocaram transformações importantes no campo brasileiro e revelaram as desigualdades sócio-espaciais.

Cumpramos ressaltar que, em 1977, o IBGE, reformulado, passa a implantar sua nova estrutura, sendo a Geografia Física transferida para a Superintendência dos Recursos Naturais, enquanto a Geografia Humana, programada como ciência social, reorganiza-se em um novo contexto, abertamente interdisciplinar, compartilhando a pesquisa estatal com economistas e sociólogos; um quadro funcional no qual o “geógrafo” se une ao analista.

Esse terceiro período marca a grande contribuição dos pesquisadores do IBGE aos estudos agrários, pois, a partir desse momento, devido às injunções de ordem administrativa, há uma renovação no quadro de pesquisadores da referida instituição, conforme mencionado acima, quando novas demandas são solicitadas pelo Governo Federal. Convém lembrar que há uma interrupção do referido periódico, de 1996 a 2005; e até o presente, o mesmo encontra-se sem edição.

No 4º período, correspondendo aos artigos publicados entre 1991 e 2005, seis obras foram encontradas, predominando autores não vinculados ao IBGE. Quanto às escalas de análise, predominam artigos locais, em número de três; seguidos de dois nacionais e um regional. Nesses artigos, há uma preocupação maior em analisar a gestão do espaço agrário, as transformações do espaço rural, inovações tecnológicas, expansão territorial, modernização x gestão do território; além de fronteira agrícola, papel desenvolvimentista do estado, mudanças técnico-produtivas, modernização agrícola, transformação do espaço rural x meio-ambiente, ambientes agrícolas, aspectos ambientais e socioeconômicos de áreas agrícolas, sistemas agrícolas, agroecossistemas, planejamento/desenvolvimento sustentável e turismo rural, pluriatividade e agricultura familiar.

São artigos descritivos e interpretativos, direcionados a identificar as transformações do espaço rural, com fundamentação teórica consistente, calcados em referências e informações estatísticas.

Quanto aos autores que se destacam nas referências bibliográficas, podem ser mencionados Bertha Becker, Geraldo Muller, José Graziano da Silva, George Martine, Leo Waibel, José de Souza Martins, Pierre Monbeig, Celso Furtado, Francisco Grazianno Neto, Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Junior, Ricardo Abromovay, José Eli da Veiga, Angela Kageyama, João Rua, Sergio Schneider, entre outros.

Neste período, a operacionalização tem como fontes principais dados estatísticos dos Censos Agropecuários e Demográficos, Região de Influência das Cidades, estudos da SEPLAN, além de pesquisa de campo de caráter qualitativo, resultando em quadros, figuras, mapas, tabelas. Todos os artigos

são importantes, em decorrência das diferentes temáticas abordadas e encaminhamentos metodológicos. O primeiro, de Ignez C. B. Ferreira (professora da Universidade de Brasília), publicado em 1991, tem por finalidade tratar da gestão do espaço agrário, no qual a paisagem rural brasileira passou por profundas transformações, nas quais a agricultura assumiu novas funções, interligadas à indústria e ao setor financeiro, como inovações tecnológicas foram introduzidas na produção e como uma nova dinâmica rural x urbano se materializou no território brasileiro. Nesse contexto, a autora expõe que “o presente trabalho procura analisar o comportamento espacial do aludido processo em suas duas dimensões: expansão territorial e modernização, buscando a atuação dos elementos da gestão do território” (p. 150).

O segundo artigo, de 1992, de Lia Osório Machado (professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro), tem o propósito, segundo a autora, de “destacar os principais elementos que possibilitem a compreensão do processo de modelação de espaços agrários na Amazônia Brasileira atentando, de imediato, para o seguinte: a) a ocupação agrícola se processa de forma descontínua no espaço, configurando um padrão de ‘manchas’, à margem dos rios e vias de penetração, e no entorno de cidades e grandes projetos de exploração hidrelétrica e mineral, b) apesar do crescimento recente da produção agrícola, ela não participa de modo significativo da oferta agrícola a nível nacional” (p. 28).

O terceiro, publicado em 1992, de Geraldo Muller (professor da UNESP/Rio Claro), trata da problemática concernente ao ajustamento das contas públicas, como um dos elementos nucleares das pré-condições para que seja reestabelecido o papel desenvolvimentista do Estado. O autor aponta: “o velho dilema, entre acumulação e distribuição reaparece numa situação de profunda crise nacional e de grandes mudanças tecno-produtivo-comerciais e sócio-político-culturais também no âmbito internacional”.

O quarto artigo, publicado em 1995, de Angélica Alves Magnago, Tereza Cony *et alii* (geógrafos do IBGE), procura identificar as transformações do espaço rural no entorno do distrito federal, analisando os principais problemas e repercussões no meio ambiente. Os autores preocuparam-se com

o conjunto de elementos físicos muito diversificados, no qual se estruturam as relações homem x natureza na história da ocupação do território, responsáveis pelos atuais padrões de utilização do espaço no recorte espacial selecionado.

O quinto, publicado em 1996, por Daniela C. Kalikoski e Milton L. Asmus (Departamento de Oceanografia da FURG), preocupa-se em analisar os aspectos ambientais e sócio-econômicos de áreas agrícolas da região costeira sul-brasileira, aplicando técnicas de modelagem ecológica, tendo como recorte espacial o município de São Lourenço do Sul - RS. O sexto artigo, publicado em 2005, de autoria de Glaucio José Marafon e Miguel Angelo Ribeiro (professores do Instituto de Geografia da UERJ), tem como objetivo apresentar algumas características sobre as abordagens da produção familiar e suas estratégias de sobrevivência, através de empregos agrícolas ou não agrícolas; e o papel que o turismo rural vem desempenhando nesse processo, a partir do território fluminense, resultado de investigações sobre as transformações que estão ocorrendo em seu espaço rural.

Conforme a periodização proposta nota-se que houve, em aproximadamente sessenta anos do referido periódico, uma mudança em termos de temáticas, abordagens e metodologias.

Arremates

O periódico Revista Brasileira de Geografia, ao trazer contribuições de autores estrangeiros e nacionais, além daqueles vinculados à própria instituição (IBGE), assume grande importância, transformando-se em uma referência nacional. São autores que passaram por diferentes correntes do pensamento geográfico, desde aquelas pautadas nos estudos empírico/positivistas até as de cunho crítico, e contribuíram para fomentar a Geografia Brasileira.

O conhecimento interdisciplinar da Geografia permitiu que o referencial bibliográfico utilizado pelos autores em seus artigos, muitas vezes, não se limitasse somente a geógrafos. Bases conceituais de economistas, historiadores, sociólogos, antropólogos, entre outros, enriqueceram as pesquisas, em direção a um conhecimento transdisciplinar.

Cumprе ressaltar que o IBGE, através do órgão Conselho Nacional de Geografia (CNG), que daria origem ao novo IBGE, juntamente com os Conselhos de Estatística e Cartografia e Geodésia, e, mais tarde, Departamento de Geografia (atualmente Coordenação de Geografia), empregava um grande número de estudantes de Geografia, estagiários e pesquisadores, sendo os mais categorizados enviados para países estrangeiros para realizar aperfeiçoamento. Uma das consequências desse intercâmbio foi a contratação, como assistente técnico do IBGE, do geógrafo alemão Leo Waibel, que se encontrava nos Estados Unidos após a 2ª guerra mundial, onde fora professor de alguns geógrafos do CNG. Sua contribuição está ligada a métodos e teorias alemãs, provocando influência na forma como se conduzia a pesquisa em certas áreas. Waibel tinha preocupações teóricas que não eram comuns aos mestres franceses, como aquelas ligadas à análise espacial de Von Thünen, e encarava a paisagem mais por seus aspectos naturais, sobre os quais havia a influência do Homem, condicionado pela cultura de que era portador. Destaca-se a sua obra “Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil”, contribuindo, principalmente, com a metodologia dos estudos agrários na geografia brasileira.

Além da contribuição desses autores para alimentar tais pesquisas, não podemos esquecer-nos das informações estatísticas e dos trabalhos de campo que foram utilizados, os quais contribuíram para o reconhecimento dos estudos agrários.

Portanto, este periódico, com sua sistematização e contribuição, permite, com outros, traçar o estado da arte dos estudos agrários no Brasil. Muitas vezes, foi desprezado, diminuído e levado ao esquecimento, em decorrência da vinculação oficial da instituição ao Estado Brasileiro. Porém, na atualidade, tem sido reconhecido, por sua validade e importância. Podemos afirmar que o IBGE, com a Revista Brasileira de Geografia (RBG), contribuiu com uma parcela significativa da produção, para a geografia brasileira, dos estudos agrários.

Este reconhecimento encontra respaldo na trajetória da Revista Brasileira de Geografia, que está associada à própria trajetória da Geografia

Brasileira, uma vez que, se os primeiros artigos eram descritivos, pautados em trabalhos de campo e na empiria, como reconhecimento do território, em outro momento, mais precisamente nos anos setenta, eram vinculados às análises estatísticas e matemáticas, verdadeiras produções em gabinetes. Enquanto, a partir dos anos 1980, as análises tornam-se mais interpretativas e críticas, utilizando-se de informações estatísticas e pesquisas de campo, procurando a compreensão da organização do espaço agrário brasileiro à luz de uma base conceitual que se aproximava da geografia crítica. Posto isto, não podemos deixar de reconhecer a importância desse periódico para a academia geográfica e para as instituições de pesquisa, uma vez que contribui para os estudos sobre o rural brasileiro, além de ser de relevância para a sociedade.

Aproveitando-nos das palavras de Anna Maria Castro (2012, p. 20), apontadas em homenagem a seu pai Josué de Castro, “é dever de todo povo zelar por seus pensadores, por sua história e pelo conhecimento coletivamente construído, lembrando feitos capazes de influenciar as ações das gerações futuras”.

Referências

CASTRO, Anna Maria. Josué de Castro: arauto da paz. In: MARTINS, Paulo Emílio Mattos; MUNTEAL, Oswald. **O Brasil em Evidência**: a utopia de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; FGV, 2012, p. 20-4, 486p.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. As características da Nova Geografia. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. **Perspectiva em geografia**. São Paulo, 1982.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo:Ática, 1986.